

DA MEMÓRIA A HISTÓRIA DA INFÂNCIA DE MULHERES ASSENTADAS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Cláudia Delboni¹

RESUMO:

O artigo tem como objetivo fazer algumas reflexões sobre a memória da infância de três assentadas rurais – Lourdes, Luzia e Vilma, que na virada do século XXI conquistaram lotes nos assentamentos *Ernesto Che Guevara* e *João Batista*, ambos criados no ano de 2005 e localizados no município de Sidrolândia, no Estado de Mato Grosso do Sul. Foi a partir da História Oral de Vida das mulheres que buscamos a articulação do mundo particular trazido em suas narrativas, meticulosamente construídas, com outros níveis de acontecimentos da sociedade, especificamente, a situação das mulheres pantaneiras no período de 1950 a 1970. Também, o trabalho visou analisar a abordagem de gênero, como uma perspectiva que permite adentrar na força do cotidiano e do privado, uma vez que este é o espaço “reservado” para a atuação feminina. Dessa maneira, buscamos na atuação das mulheres compreendermos a dimensão pública e sua relação com a prática política, mesmo por detrás de uma aparente submissão ou passividade no confinamento doméstico.

Palavras chaves – Mulheres, Memória, História, patriarcado e violência

O artigo tem como objetivo fazer algumas reflexões sobre a memória da infância de Lourdes, Luzia e Vilma, que na virada do século XXI ingressaram nos acampamentos de luta pela terra e conquistaram lotes nos assentamentos *Ernesto Che Guevara* e *João Batista*, ambos criados no ano de 2006 e localizados no município de Sidrolândia, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Primeiramente, faz-se necessário salientar que elas residem numa região caracterizada pela presença massiva de assentamentos rurais. O último censo divulgado no ano de 2012 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o município de Sidrolândia contava com 14,1% das famílias assentadas no Estado. Ou seja, tratava-se de uma região marcada pelo conflito agrário, com a maior presença de assentamentos rurais no Estado. Conforme, dados coletados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Sidrolândia possuía vinte assentamentos rurais.

A instalação dos assentamentos contribuiu para a atração de migrantes oriundos de diversos municípios do Estado, assim como de diversos Estados brasileiros. Num período de doze anos a população de Sidrolândia passou de 12 mil para 48 mil habitantes, o que resultou no crescimento da zona urbana com o incremento do comércio e a instalação de algumas indústrias – têxtil e alimentos (corte do frango).

Foi a partir da História Oral de Vida que articulamos o mundo particular construídos em suas narrativas de vida, com outros níveis de acontecimentos da sociedade, especificamente, a situação das mulheres pantaneiras nas zonas rurais no período de 1950 a 1970, local e contexto onde nasceram e viveram suas infâncias.

No percurso da pesquisa de campo, caracterizado por visitas sistemáticas aos lotes, consolidamos a aproximação com mulheres, na perspectiva de estabelecer uma relação de reciprocidade: elas contavam suas vidas, eu na escuta como pesquisadora registrava suas memórias e, por fim, devolvia-as em texto escrito suas histórias

¹ Doutoranda na Universidade Federal da Grande Dourados, no curso de História, Email: claudiadelboni50@gmail.com

transcritas registradas no áudio do gravador. Tomamos a metodologia da história oral na perspectiva de Ecléa Bosi, na obra *Memória e sociedade: lembranças de velhos*,

Nesta pesquisa fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças.²

No afã de ultrapassar o caráter individual das narrativas, tomei as histórias de vidas das mulheres assentadas como fonte de pesquisa que possibilitou abrir ângulos para a análise a participação das mulheres na luta pela terra no Brasil. Assim, suas narrativas se constituíram em um amplo manancial de histórias, que nos remeteram a questão de gênero nos últimos sessenta anos no Estado do Mato Grosso do Sul.

Estar na escuta foi o ingrediente básico para realização da entrevista. O caráter narrativo dos depoimentos trouxeram recordações e esquecimentos, presenças e ausências, que foram vitais para a compreensão dos processos históricos nos quais as assentadas estão inseridas. Assim, o caminho a ser percorrido neste artigo foi o de tomar a memória como objeto de investigação. As narrativas memorialísticas serviram como objeto de análise crítica e metodológica da história, quando buscamos cotejá-las entre si, como um documento histórico.

A subjetividade perdeu o estigma de ficção, de invenção para ganhar o estatuto de fonte passível de análise histórica. Seu aspecto parcial não a inviabiliza como fonte e, como todo documento, carece da crítica interna. É a crítica da fonte que permite ao historiador da oralidade perceber os elementos da história individual conectadas com a história de um grupo, de uma classe, de uma nação. Nas palavras do sociólogo Maurice Halbwachs pioneiro na análise da memória coletiva escreveu em 1925,

Outras pessoas tiveram essas lembranças em comum comigo. Mais do que isso, elas me ajudam a recordá-las e, para melhor me recordar, eu me volto para elas, por um instante adoto seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois experimento ainda sua influencia e encontro em mim muitas das idéias e maneiras de pensar a que não me teria elevado sozinho, pelas quais permaneço em contato com elas.³

Portanto, as histórias de vidas das assentadas de João Batista e Ernesto Che Guevara, embora possuíssem as particularidades de cada personagem, elas guardavam a memória de um convívio com o social, constituído de um coletivo. Elas nos falavam de Mato Grosso do Sul e da luta das mulheres que lutaram debaixo das lonas preta para conquistarem a terra.

Tomada como fonte primária da pesquisa, a oralidade possibilitou a análise do protagonismo feminino, na medida em que suas memórias foram percebidas como guardiãs do espaço privado. Suas falas serviram de indícios para pensarmos a condição das mulheres no campo, no contexto da ditadura militar no sul do antigo Estado de Mato Grosso. Tomamos a pesquisa no viés de análise de Michelle Perrot,

Assim, os modos de registros das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. O mesmo acontece com seu modo de rememoração da encenação propriamente dita do teatro da memória. Por força das coisas, ao menos para as mulheres de outrora e para o que resta do passado nas mulheres de hoje (e que não é pouco), é uma memória do privado, voltada para a família e para o íntimo, aos quais elas estão de certa forma relegadas por convenção e posição.⁴

Nesse sentido, a abordagem de gênero permitiu adentar na força do cotidiano e do privado, uma vez que este é o espaço “reservado” para a atuação feminina. Dessa maneira, buscamos na atuação das mulheres compreendermos a dimensão pública e sua

² BOSI, Ecléa, *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T.A Queiroz, 1983, p 2

³ HALBWACHS, Maurice, *A memória coletiva*. São Paulo, : centauro, 2006, p.31

⁴ PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP : EDUSC, 3006, p 39

relação com a prática política, mesmo por detrás de uma aparente submissão ou passividade no confinamento doméstico.

1.1 Entre o mangueiro e a cidade: a escola negada de Lourdes

Começamos a análise do processo histórico das mulheres assentadas a partir das lembranças de Lourdes, que conduziu a narrativa para tempos remotos. Ela nasceu na década de 1950 no município de Rio Verde, sua história de vida remeteu a pesquisa à época mais remota das memórias coletadas. Contudo, poucos acontecimentos vividos nessa década foram narrados, pois a narradora restringiu a infância a um único acontecimento: a perda da escola após a conclusão do ensino primário, aos doze anos.

Somente a partir das perguntas realizadas no final da entrevista -, que emergiram pequenos detalhes deste período, mas eram pontos de luzes que esclareciam pouco sobre sua gênese. Esta se resumiu a extensa família, “*É... a minha vida, eu nasci na cidade de Rio Verde, Mato Grosso do Sul. Nós éramos doze irmãos, a família de doze irmãos, meu pai e a minha mãe, éramos oito mulheres e quatro homens.*”⁵

Assim, a pesquisa percorreu pelo não dito, pelo silêncio, por ocultamentos, uma vez que a década de 1950 foi pouco selecionada pelas lembranças que compuseram sua narrativa sobre a infância. Esta foi tecida tendo como eixo da história a realização do sonho de ser professora no assentamento, que vinha desde a infância. Diante desse fato, a leitura da produção historiográfica e sociológica foi imprescindível para pensarmos o contexto. Sobre o assunto escreveu Antonio Montenegro (2013),

O componente da prática cotidiana determinando a consciência não pode ser desvinculado da análise; no entanto, a articulação do mundo particular com outros níveis de acontecimentos da sociedade só é alcançada através da leitura de jornais, folhetos, revistas, livros ou em discussões em associações, sindicatos, partidos.⁶

Nesse sentido, tomamos as memórias constituídas de práticas cotidianas engendradoras de consciência somente a partir da análise, e esta amparada pela leitura sobre o contexto político, econômico, cultural e social. Assim, apesar de Lourdes não mencionar a existência da roça na história do pai, percebemos na narrativa construída sobre a infância, um cotidiano marcado pela experiência da vida rural. As brincadeiras de infância lembradas contavam com artefatos do campo, “*Quando eu era criança, eu não tinha boneca, a minha avó pegava sabugo de milho seco, enrolava no pano, pintava a boca, o olho com carvão e fazia vestido com pano colorido.*”

Assim, o deslindar da pesquisa sobre a trajetória de vida de Lourdes ocorreu a partir de três etapas, primeiramente foi conduzida pelas ausências em sua narrativa que suscitaram dúvidas e questionamentos; num segundo momento a leitura da produção histórica e sociológica sobre o período lançou luz sobre as ausências, que aos poucos se tornaram presenças, afinal o silêncio falava. Por fim, a pesquisa careceu da realização de uma entrevista temática sobre a primeira fase da infância de Lourdes e o município de Rio Verde.

O pai de Lourdes nasceu num contexto de decréscimo da população rural e crescimento das cidades. Entre 1940 e 1950 ocorreu uma mudança no contingente humano nas zonas rurais do país, passando de 71% para 64%. Sobre o assunto Otávio Ianni escreveu,

Enquanto isso, no mesmo período de 1940 a 1950, o contingente ocupado nas atividades secundárias aumentou de 9 para 13%; e do setor terciário cresceu de 20 para 23%. Evidentemente o mercado de trabalho no setor industrial, bem como as condições

⁵ Entrevista realizada pela pesquisadora, no assentamento Che Guevara no dia 13/12/2014

⁶ MONTENEGRO, A. Tores. História Oral e memória, São Paulo : Contexto, , 2013, p 22

de vida no meio urbano, exerce atração sobre a população campesina. É na cidade que se criam e geralmente se concentram os benefícios da “civilização”. Mas é à intensificação da produção do trabalho, que cabe boa parte da responsabilidade pelo deslocamento do trabalhador de um para outro setor da economia, ou então para o contingente desempregado.⁷

O antigo Estado de Mato Grosso estava inserido na conjuntura analisada pelo autor. Dentre esses números, estava senhor Ramão que deixou a atividade no campo, mas levou consigo as histórias vividas na roça, como herança para a filha que nasceu na cidade, mas foi embalada pelas brincadeiras das crianças que viviam o cotidiano da roça.

Na pergunta de corte sobre a infância, lancei a dúvida se realmente era na cidade que vivera a infância e não nas fazendas, pois tinha como premissa que todas as mulheres assentadas tinham como denominador comum o nascimento na área rural. Respondeu-me em tom enfático “Não. Era bem na cidade!”. Contudo, quando Lourdes narrou sobre as brincadeiras da infância assim as descreveu em poucas palavras, “ *eu inventava mangueiro para criar vaca: pegava manga verde colocava espinho de coqueiro e fazia os pés, os chifres e era uma vaca*” .

Fragmentos da memória revelaram que Lourdes viveu no ambiente de desenvolvimento da pecuária e apreendeu o modo do habitar na região pantaneira, por isso ela brincava com gado sem jamais ter vivido na roça. Afinal, foi a presença da pecuária que projetou a região no cenário econômico nacional e internacional

Vários municípios compõem a região delimitada como pantanal. Quando Lourdes nasceu Rio Verde pertencia a parte baixa do Estado de Mato Grosso e, depois da divisão do Estado em 1979, tornou-se o norte do Estado de Mato Grosso do Sul. Nas memórias produzidas pelo cuiabano Virgílio Corrêa Filho em 1946, encontramos uma representação do lugar que nos remete à mesopotâmia: um local condicionado pelas determinações geográficas, com clima diferenciado e marcado pelo regime dos rios, uma vez que algumas áreas permanecem submersas nas águas durante os meses das cheias.

Ao longo século XIX, a atividade pecuária adentrou no interior do Estado, marcando a ocupação de fazendas. Aos poucos o gado deixou de servir à economia do ouro, esta responsável pela consolidação da província de Estado de Mato Grosso, ainda no século XVIII. Após a segunda metade do XX, definitivamente a atividade agropastoril deixou de ser atividade secundária no circuito do comércio regional, tornando-se atividade lucrativa. Segundo o historiador Eudes Fernandes Leite, (2003)

No Mato Grosso, o boi tornou-se mercadoria importante no contexto local. Na região pantaneira, as grandes fazendas de gado, no princípio, estabeleceram-se como centros viabilizadores de uma pecuária quase rudimentar, até configurarem-se como propriedades responsáveis pela ocupação econômica da região, incorporando novidades que interferiram diretamente nos hábitos e nas peculiaridades locais.⁸

Nesta perspectiva, ao longo do século XX, a criação do boi deixou de ser suporte da grande produção, e paulatinamente a cultura do boi engendrou uma cadeia própria, desde a ocupação da terra com a abertura de pastos, perpassando pela cria, recria e o manejo do animal e finalizando com a comercialização dos bois para a indústria do abate.

Sobre o processo histórico deste setor temos que recuar para o século XIX, quando as charqueadas se estabeleceram nas fazendas produtoras da carne seca localizadas na região pantaneira. Após as duas primeiras décadas do século XX vieram

⁷ IANNI, Octavio, *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo : Brasiliense, 2004, p 110-111.

⁸ LEITE, Eudes Fernando, *Marchas na história: comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal*. – Brasília ; Mistério da Integração Nacional ; Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2003, p.52

às demandas dos frigoríficos estabelecidos no sudeste do país, que compravam boi por meio da ferrovia Noroeste do Brasil. E por fim, após a década de 1960 os frigoríficos estabeleceram na cidade de Campo Grande.

Desde o fim da primeira Guerra Mundial, as terras do Oeste do Brasil tornaram-se preciosas para a criação de gado de corte. Com a crise da década de 1930, expandiu-se o mercado consumidor de carne, que resultou na valorização dos preços de cotação, mesmo com as dificuldades no transporte das boiadas que viviam as cheias do lugar.

A partir da década de 1930, a região tornou-se atrativa para o capital que avançou pelo oeste através da abertura de fazendas para a criação de gado, com a Era Vargas. Assim, ao longo da primeira metade do século XX a pecuária tornou-se atividade economicamente útil para os criadores que modernizaram a produção, com rações balanceadas para o gado, campo racionalizados e demarcados com cercas, chamados de piquetes, além do investimento em seleção genética, para produção de reprodutores eficientes na cria de bezerras.

Nesse sentido, a produção de carne tornou-se aos poucos um negócio meticulosamente planejado, como requeria qualquer estabelecimento industrial. Os pastos ganharam divisas e os criadores colocaram cercas em suas propriedades. A partir da década de 1930, paulatinamente a criação de boi tornou-se a atividade importante geração de renda, riquezas e poder no Estado de Mato Grosso, assim narrado por Virgílio Corrêa,

Milionários, alienígenas descobriram futura aplicação de suas disponibilidades financeiras, encaminhadas de preferência para o planalto, entre o Paraná e o Paraguai, cujos sobejos, todavia, procuraram os pantanais, afamados pelas suas peculiaridades criadoras, não obstante os prejuízos porventura causadas pelas inundações descomuns.⁹

Portanto, no processo de integração das economias locais, o centro-oeste trouxe a indústria agropastoril como possibilidade de lucros para os investimentos capitalistas, que resultou na abertura de pastos para suprir o abastecimento do mercado consumidor que se ampliou. Para além da indústria do charque estabelecida na região, os fazendeiros contavam com as demandas do sudeste e também do mercado internacional, que desde 1914 contavam com a possibilidade de escoamento da produção nos vagões do trem Noroeste do Brasil (NOB). Desse modo, a região pantaneira - na qual estava inserido o município de Rio Verde -, mostrou-se como zona de fronteira para a expansão da pecuária, e paulatinamente, a região foi integrada ao mercado nacional e internacional, com a produção de carne bovina.

A valorização da pecuária acabou por despertar a “fome” pela terra e o corolário da modernização do capital na agricultura foi a expropriação dos indígenas, posseiros, meeiros, parceiros, sitiantes e outras categorias sociais ligados a terra. A prosperidade da pecuária por um lado resultou no aumento das áreas das grandes propriedades e do outro intensificou a expulsão de posseiros, meeiros, arrendatários, trabalhadores assalariados, na medida o avanço da área de pastagem, resultou na proliferação dos latifúndios.

Diante do cenário de valorização do mercado de terra o pai de Lourdes não conseguiu permanecer na roça e produzir a subsistência, num lugar marcado pela grande propriedade. Lourdes assim apresentou o pai em sua narrativa,

O meu pai foi criado nas fazendas Araras e Mata, em Rio Verde. Ele foi criado pelo senhor Sebastião de Lara, que tinha família enorme, e o meu pai era criado ali, como alguém que ele pegou pra criar a partir de dois anos de idade. Ele cuidava do gado do seu Sebastião de Lara, tocava o gado, que carregavam o carro de bois: os bois e as vacas. Ele

⁹ CORREA FILHO, Virgílio, Pantanais Matogrossenses: Devassamento e Ocupação, Coleção Documentos para a História de Mato Grosso do Sul. p. 207

apartava a vaca para tirar leite, ele ajudava a marcar. Desde pequeno ele fazia tudo ali. Mas ele foi crescendo, daí ele ficou moço, conheceu a minha mãe, teve vontade de casar. Casou e permaneceu uns tempos ali na fazenda e de lá ele foi para Rio Verde, ser barbeiro. Aprendeu a cortar cabelo.

Senhor Ramão viveu na roça num período de profundas mudanças na atividade pecuária. Paulatinamente, o boi foi ganhando pasto no centro oeste, uma vez que o gado deixou de servir apenas como força motriz dos meios de transporte e produtor de leite, para tornar-se mercadoria destinada ao mercado de abate, consumidor da carne bovina.

Ele nasceu num contexto de transição da economia pecuária, de atividade secundária tornava-se a principal. Criado como o *faz tudo* da fazenda ele cuidou do gado numa época que eles serviam, principalmente, como força motriz dos carros de transporte. Os bois e as vacas ainda eram criados para produzirem leite, e movimentarem a subsistência de outras atividades praticadas na fazenda,

Contudo, na fase adulta no cenário de modernização da pecuária - quando os bois tornam-se mercadorias destinadas ao abate -, ele casou-se com a filha de indígenas e “resolveu” ganhar a vida com outra profissão. Ganhou um lote do senhor Sebastião de Lara no vilarejo de Rio Verde, mas não nas terras da fazenda, afinal era apenas filho de criação, não tinha direito a herança.

Nessa relação Sebastião de Lara foi, simultaneamente, pai de criação de Ramão e também seu patrão. Ele tornou-se credor de Ramão quando assumiu a lida de “pai” e em troca recebeu sua força de trabalho. Nas palavras de Lourdes sobre o pai, “*desde pequeno ele fazia tudo ali*”. Neste viés de análise, não apenas os aspectos econômicos determinavam a relação entre ambos, mas também aspectos afetivos, na medida em que Ramão fazia todos os tipos de trabalho, como forma de compensar o afeto resultante de uma relação de apadrinhamento.

Recentemente, Lourdes realizou uma visita a Rio Verde e ouviu boatos de que seu pai era filho legítimo do senhor Sebastião de Lara. Desse boato, poderíamos levantar várias hipóteses: Ramão poderia ser filho de indígena ou de alguma trabalhadora rural, porém isso jamais foi reconhecido, pois certamente resultaria na aceitação do adultério, conduta praticada pelo patriarcado em condições de quase “sigilo”, porque no espaço privado todos tem conhecimento da traição, mas pouco se diz sobre o assunto nos espaços públicos.

Também, o reconhecimento da filiação resultaria na partilha de bens, pouco desejado na prática da propriedade da terra, cuja produção depende de grandes extensões de terra. Na década de 1940, o pai de Lourdes casou com uma indígena, abandonou a vida na fazenda e estabeleceu-se em um quarteirão no vilarejo de Rio Verde. Ali constituiu uma extensa família, de doze filhos - oito mulheres e quatro homens-, numa casa de pau a pique, com chão batido e fogão a lenha. A presença de indígena na história de Luzia foi realizada de maneira rápida, mas despertou nossa atenção para pensarmos as relações sociais no vilarejo, marcadas pela complexidade social, que por um lado aproximava diversos grupos sociais, fazendeiros, peões, barbeiros, indígenas, funcionários públicos, comerciantes, etc., por outro lado estabelecia rígidas hierarquias sociais.

Uma família repleta de mulheres, Lourdes tinha oito irmãs e quatro irmãos. Sua composição feminina trazia consigo o ônus para a reprodução familiar na cidade, pois como sobreviver com a presença da desvalorização do trabalho feminino? Como senhor Ramão poderia prover o sustento de quatorze membros da família com apenas a mão de obra de cinco homens?

No cenário do município de Rio Verde, entranhado pela experiência rural, Ramão desempenhou o trabalho de barbeiro: na dinâmica do vilarejo cortava cabelo,

sobretudo dos homens, mas atendia algumas mulheres e, também fazia as barbas dos habitantes do local. Nas palavras da entrevistada “... o dinheiro que ele ganhava era cortando cabelo, tirando barba do pessoal, isso ele fazia muito bem, ele era muito querido em Rio Verde”. Na segunda etapa da entrevista, ela acrescentou uma informação sobre o pai em Rio Verde. “Aí ele também, quando o dinheiro de barbearia não dava, ele ia para o garimpo, ele garimpava diamante, vendia algumas pedrinhas.”

Deixar a fazenda não resultou na autonomia da família, pelo contrário, colocou seus membros na órbita dos trabalhos temporários, que possibilitaram a manutenção da extensa família. Neste cenário restou a mãe de Lourdes montar “uma barraquinha, um quiosquzinho que ela vendia salgado, bolinho de arroz que ela fazia era muito famoso, todo mundo gostava, assava espetinho, mas mesmo assim eram muito filhos, não dava pra nada.” Assim foi no trabalho informal que a família encontrou a possibilidade de subsistência, assim como a prática do trabalho da mulher fora do espaço doméstico, característica das famílias pobres.

Não podemos esquecer que o pequeno vilarejo não era o setor secundário que impulsionava a economia do lugar, mas a atividade pecuária. Embora, o vilarejo fosse marcado pela presença de diferentes ocupações profissionais, barbeiros, fazendeiros, peões, assalariados rurais temporários funcionários públicos, religiosos, comerciantes, etc., estes viviam as expensas do excedente de produção que a pecuária possibilitava aos habitantes do lugar.

A década de 1950 foi marcada pela ascensão da população urbana em Rio Verde e no bojo das mudanças, a relação entre campo e cidade havia se modificado, pois o primeiro passou a ser subjugado pela ascensão econômica da segunda. Segundo, Eudes Leite, o campo aproximou-se da cidade, atendendo as funções no sistema produtivo a fazenda tornou-se empresa. (2003, p.192)

Neste cenário, o pai de Lourdes havia se proletarizado, ou seja, deixado a relações patrimoniais características da zona rural. No vilarejo, experimentou relações de trabalho que perpassavam pela liberdade de negociar sua força de trabalho. Contudo, a liberdade estava restrita pelas difíceis condições de trabalho, nem sempre conseguiu manter com o trabalho de barbeiro e assim partia para os garimpos. A trajetória de Lourdes e sua família estavam alinhavadas ao movimento de constituição do proletariado agrícola no Brasil, a partir da década de 1950.

Ela pertencia a uma classe social que foi impossibilitada de permanecer no campo e viveu a proletarização do trabalho rural. Sua única reminiscência sobre a infância foi a escola negada aos doze anos, quando completou a quarta série e o pai encerrou sua vida escolar. Sobre isso narrou,

Meu sonho era estudar, estudar mesmo, mas o meu pai falou “*Minha filha agora é época de você parar! Tem suas irmãs e irmãos que são abaixo de você e que precisam estudar também, você vê que só o pai trabalha.*” Aí eu chorei, chorava, chorava muito... Meu sonho era estudar, estudar, estudar mesmo.

Foi aí que minha madrinha propôs pagar o uniforme e o material para eu estudar na escola Batista. Era um colégio Batista que tinha em Rio Verde muito bom, mas o meu pai falou “*Não comadre, eu não vou aceitar, você me desculpa, por que a minha filha vai ser humilhada no meio dos outros, lá só tem gente de classe alta, filha de fazendeiro, prefeito, vice, e a minha filha vai ficar perdida lá, eu não tenho dinheiro para comprar nem roupa e calçado bom para ela.*”

Para mim foi muito triste. No ano seguinte fiquei no canto da minha casa, quando a turma da escola passava eu chorava, chorava e chorava muito. Cresci com a vontade de querer estudar e nada... Então, o meu pai falou para mim assim “*você vai fazer um curso de datilografia, quem sabe um dia você faz o ginásio e vai trabalhar num escritório.*” Porque queria dar aula ou trabalhar num escritório.

A lembrança da infância na cidade de Rio Verde não era fácil de narrar, na medida em que foi uma história de privações e, talvez, a falta da escola fosse a maior delas. Dona Lourdes repetiu enfaticamente o choro quando o pai anunciou-lhe o fim da escola, pois ele continha a dor de saber que o não acesso à escolarização resultaria em restrições nos caminhos futuros: não seria professora.

Empregada doméstica foi o que restou como opção de trabalho no cenário de Rio Verde. Sobre isso Lourdes pouco narrou, apenas num relance da narrativa, pois este acontecimento não abrilhantava o sonho de ser professora. Após o ensino primário, os benefícios da “civilização” logo desapareceram para Lourdes.

Na década de 1960, frequentar o ginásio não era para todas as classes sociais. Como era possível o pai de Lourdes mantê-la na escola com doze filhos? Enquanto pai restava-lhe ao menos assegurar o mínimo da alfabetização para cada filho manusear os códigos de comunicação escrita na cidade, garantindo-lhe o ensino primário. Os ginásios eram espaços ocupados pelas classes abastadas, filhos de fazendeiros, prefeitos, políticos. Assim, o município de Rio Verde não foi o lugar de realização do sonho de estudar, apesar da proximidade da escola, quando via a turma passar pela rua.

Na cultura popular as relações de apadrinhamento são fundamentais, diante da precariedade familiar. Ter uma madrinha era importante, uma vez que ela poderia resultar em amparo nos momentos de vulnerabilidade. Mas a falta de escola não foi motivo para recorrer ao auxílio da madrinha,

Ramão pediu desculpa, mas não aceitou o favor da madrinha que se ofereceu para pagar a mensalidade da escola de Lourdes. Ele tinha consciência de que a “*filha vai ser humilhada no meio dos outros*”: era moradora de casa de pau a pique, filha de barbeiro e de vendedora de café da manhã seria considerada *a outra* na escola particular. Afinal, a família pertencia a classe trabalhadora que deixou a roça mas jamais havia se livrado da herança rural, ou seja, do patriarcado que marcou sua condição feminina e da miséria de não poder interferir no destino, pois não tinham nada além da casa e o domínio da força de trabalho.

A negação da escola restou-lhe em poucas opções de trabalho em Rio Verde, uma vez que não era o setor secundário que se despontava no vilarejo, pois a existência da indústria de charque na região, localizavam-se nas fazendas desde fins do século XIX e era incipiente. Tampouco o setor terciário era promissor, nela vivia famílias como de Lourdes, assim como “*gente de classe alta, filha de fazendeiro, prefeito, vice*” nas palavras do pai de Lourdes e também, pessoas que consumiam o café da manhã preparada pela mãe e vendido no quiosque na porta de casa.

Mas ainda lhe restava o sonho de que um dia pudesse ser secretária, pois alimentava a esperança de fazer o ginásio e trabalhar num escritório. Por isso o desempenho no curso de datilografia,

Meu primo foi de São Paulo para Rio Verde e montou um escritório e eu e limpava o escritório, fazia café para ele, em troca ele não cobrava mensalidade e estudei datilografia. Na época tinha que fazer cinquenta palavras em um minuto, e fiz as cinquenta palavras em 50 segundos, fui muito bem no estudo de datilografia.

Contudo, Rio Verde também não possibilitou um trabalho que usufrísse o curso de datilografia, por que com a chegada da adolescência veio junto com o adoecimento da mãe e a necessidade de mudança da família para Campo Grande em busca de atendimento médico ainda na década de 1960. Sobre isso narrou,

Nós viemos para Campo Grande por que a minha mãe era muito doente, a minha avó que era índia e a benzeu para não ter mais filho quando ela teve a minha irmã caçula, que chama Lana e ainda mora em Rio Verde. Depois do benzimento a minha mãe engravidou seis vezes seguidas, mas cada vez que engravidava, no terceiro ou quarto mês ela abortava... Então ela ficou muito doente e muito fraca, por isso meu pai vendeu a casa em

Rio Verde e viemos morar de aluguel. Foi muito difícil por que em Rio Verde tínhamos a nossa casa. Inicialmente tínhamos uma quadra de terreno, depois fomos vendendo um lote, depois outro, para tratarmos da doença da minha mãe que não sarava. Ele foi ficando com medo dela adquirir um câncer.

Ao longo de três décadas Campo Grande consolidou-se como a cidade industrial, na qual projetos modernizadores foram idealizados com uma força produtiva, que resultaram na consolidação de uma imagem que remetia para uma cidade próspera dentro do Estado. Era portadora de um patrimônio cultural que remetia à representação de uma civilização moderna, que “possibilitava” o progresso tecnológico para seus cidadãos. Maria deixou o pantanal em busca de atendimento médico, com medo do câncer, buscou nos hospitais instalados na cidade a possibilidade de cura, diante de tantos abortos.

Neste contexto, Campo Grande projetava-se diante do cenário nacional como “capital econômica de Mato Grosso”, justificada pela presença de uma infraestrutura marcada por inovações tecnológicas. A presença do primeiro hospital datava de 1924, construído para atendimento dos militares, na década de 1930 ocorreu a instalação de hospital particular.

Além da saúde, também a cidade se projetava como entreposto comercial, lugar no qual os habitantes das fazendas tinham acesso as mais diversas mercadorias. Natanael Dal Moro analisou o processo de modernização vivido pelo município de Campo Grande desde o início do século XX com as reformas arquitetônicas, marcadas por um imperativo higiênico. Estas lhe impingiram um visual moderno, inspirado no projeto arquitetônico Francês, com ruas e avenidas largas aos moldes de São Paulo, Rio de Janeiro, como se o progresso ainda estava por vir.

Ela apareceu como a salvaguarda da família de Lourdes para a cura da mãe, assim como o caminho para sobressair das dificuldades vividas em Rio Verde. No início da estadia no município senhor Ramão tinham a posse de um quarteirão, no qual tinha sua residência construída de pau a pique, com o agravar da doença da esposa lotearam o terreno e venderam os lotes, até por fim se desfazerem da posse da casa, quando decidiram pela partida para a cidade grande em buscar um sustento menos sofrido.

Definitivamente, o cenário de Rio Verde não possibilitou a realizações dos sonhos de infância de Lourdes: numa casa com quatorze membros vivendo as expensas do trabalho dos pais resultaram em muitas carências, apesar dela mencionar o trabalho da mãe apenas como ajuda e não como responsável pela sobrevivência da família.

Além da gravidez de doze filhos Maria havia experimentado mais seis abortos, que nas palavras de Lourdes foram decorrentes do benzimento da avó, que não queria mais ver a filha grávida. Afinal foi uma vida voltada para a gravidez e para que tanto filhos diante de um cenário pouco acolhedor?

A consciência da avó indígena do destino dos netos levou-a ao uso dos poderes sobrenaturais, no período da noite quando a mãe estava dormindo. Eles seriam partes integrantes do exército de mão-de-obra excedente, que serviria aos habitantes da cidade, que consumiam suas forças de trabalhos, por custos bastante reduzidos. Lourdes e seus irmãos estavam fadados ao destino de ser mão de obra barata, que custeavam os benefícios da “civilização”.

Não podemos esquecer que viviam sob os auspícios da modernização conservadora, ou seja, mudanças voltadas para a manutenção do capital e não para a modernização da qualidade de vida dos trabalhadores. A revolução tecnológica aplicada à agricultura brasileira tinha como foco a ampliação da produtividade sem, contudo, promover a inclusão social.

A avó indígena sabia que a natureza da filha era ter filhos, natureza essa construída sistematicamente pela cultura que moldava os corpos. E dentro do modelo

patriarcal presente em nossa sociedade, a maternidade ocupa papel de destaque na divisão sexual do trabalho: ser mulher é sinônimo de ser mãe.

A presença da avó indígena foi revelada pelo desenlace do adoecimento da mãe e o uso da magia pela avó. A crença de que o aborto foi decorrente do benzimento foi enfatizada na narrativa tecida por Lourdes: ela acreditava na eficácia da reza da avó. Aqui não cabe perguntar-nos a veracidade da ação, o que nos importa é constatar a crença de Lourdes, ela nos importa e faz nos pensar sobre o acontecimento. A primeira questão suscitada foi os motivos pelos quais mobilizaram a ação da avó de benzer a filha para impedir a gravidez? Talvez, o ato de benzer vinha da experiência indígena da avó que sabia como o capital tratava as mulheres e seus filhos. Afinal, os indígenas foram os primeiros personagens não agraciados na lógica capitalista.

Sobre o processo migratório ao longo da década de 1970 em Campo Grande escreveu Moro,

Em todo caso, o processo migratório, seja ele das demais Unidades Federativas para Campo Grande ou das demais municipalidades de Mato Grosso rumo à zona urbana dessa cidade, ou até mesmo a migração rural-urbana proveniente da área territorial de Campo Grande pois, pelo contrário, em certas ocasiões o que se deu foi a evidenciação de variados conflitos e de inúmeras tensões, e das mais variadas matizes sociais, dentre as quais se fizeram mais explícitas as de ordem econômica e espacial, uma vez que foram externadas em maior número nas fontes pesquisadas, situação essa que não invalida a existência de conflitos e de tensões de outras ordens. (MORO, 2007, p. 70)

Tensões, conflitos e privações foram experimentadas por Lourdes e a família, primeiramente, no pagamento do aluguel da casa que não era mais propriedade da família, como em Rio Verde, depois com o esfacelamento do casamento dos pais, quando lhe restou a tarefa do sustentar a mãe, juntamente com um irmão. Dona Maria em meio à cura da doença viu seu matrimônio ruir, uma vez que senhor Ramão abandonou a casa para viver com outra mulher.

Lourdes era exemplo que de *Campo Grande, trouxe à luz não apenas sujeitos inseridos na modernização*. Sem prosseguir os estudos restou-lhe o trabalho de cuidar de uma senhora idosa, cujos rendimentos asseguraram o sustendo da mãe, mas não possibilitou o retorno a escola, com o prosseguimento dos estudos. Até que em Campo Grande no ano de 1970, conseguiu realizar o sonho de lecionar apenas com a formação primária,

É quando eu já vim pra Campo Grande, eu tinha quatorze anos. Aí dei aula na fazenda em Jaraguari e eu fiquei um ano lá, terminou o ano escolar o prefeito me levou pra dar aula lá perto de Ribas do Rio Pardo. Por que lá em Jaraguari foi feito a escola e Ribas do Rio Pardo era um município novo. A fazenda lá não tinha onde as crianças estudarem. E lá que eu conheci o meu primeiro marido.

Aí casei e fiquei um tempo nas fazendas, aprendi a fazer queijo, ajudava ele no que era preciso, mas aí não deu mais ele começou a ter muita dor de dente, e o patrão não deixava sair, para extrair esse dente, eu falei "Vamos para Campo Grande! Aí chegou aqui eu arrumei com o meu cunhado pra ele trabalhar de servente de pedreiro, e ele aprendeu rápido.

Era o auge da ditadura militar e em Campo Grande Lourdes viveu a efêmera experiência da docência na escolarização de jovens e adultos, que não tinham acesso as escolas, nas áreas rurais. Primeiro foi professora numa fazenda em Jaraguari, depois noutra fazenda no recém-criado município de Ribas do Rio Pardo que não tinha escola. Logo o sonho de ser professora se esvaneceu, interrompido pelo fim do contrato realizado de maneira informal, este possibilitado pelo apadrinhamento do tio, que a apresentou para o prefeito do município de Ribas do Rio Pardo.

Entre essas duas experiências de docência, Lourdes engravidou de Sebastião que era peão na fazenda. Retornou para Campo Grande para retomar o trabalho de

empregada doméstica, com a ex-patroa, mas logo se casou com o pai do seu filho e seguiu com ele nos trabalhos temporários das fazendas. O marido de Lourdes era boiadeiro, responsável pelo transporte da boiada entre a região do Rio Pardo e o pantanal, através das comitivas que duravam meses. Até que ele começou a ter dores de dente e “*e o patrão não deixava sair, pra extrair esse dente,*” foi o estopim para Lourdes falar “*Vamos para Campo Grande!*” Abandonaram a vida na fazenda para viverem nas periferias da capital, sob a égide do trabalho informal.

Lourdes fazia parte da estatística que resultou na inversão da ocupação demográfica de Campo Grande, uma vez que ao longo da década de 1960 a população urbana tornou-se maior que a rural. A migração da família fazia parte de uma questão estrutural, na medida em que eram sujeitos sem posses territoriais e trabalhos protegidos pela regulamentação trabalhistas, estavam submetidos à concentração fundiária que marcava todo o Estado.

2.1 O patriarcado e Luzia sentada no banco;

Luzia foi outra protagonista da pesquisa também nascida na região pantaneira no ano de 1970. Sem precisar o município de nascimento, mostrava-nos que isso não era importante rememorar na trajetória de vida, na medida em que aquela região não assegurou o mínimo econômico indispensável à própria existência e à de sua família. Entre Aquidauana e a Bocaina, região do pantanal, viveu o proletarização que o trabalhador rural foi submetido nos últimos cinquenta anos.

A maior parte da minha infância foi na região do pantanal – entre Bocaina e Aquidauana. Os meus pais viveram na região pantaneira, mas os avós vieram de Minas Gerais. Eu não conheço muito a família dos meus avós, apenas sei que eram da família Viera Bravo e quando chegaram à região do pantanal, eles tinham terras como meio de sobrevivência. Minha avó contava que a mulher naquela época não votava e também não tinha direito no casamento, por isso meu avô e meu pai venderam o pedaço de terra que tinham. Assim, meu pai deixou minha mãe com seis filhos sem nada.¹⁰

O avô e o pai - vindos de Minas Gerais -, quando chegaram ao pantanal tinham um pequeno sítio, mas perderam as terras como meio de subsistência. Assim, ela experimentou sucessivas mudanças pelas fazendas, antes de chegar em Sidrolândia no alvorecer do século XXI. Sem autorização da avó e da mãe, ambos se desfizeram das terras que ocupavam ao longo dos anos de 1950 e 1960 em consonância com o Código Civil que regia a época, elaborado em 1906. Como chefes eles tinham o direito do destino das posses da família e a mulher cabia à obediência ao seu chefe.

A mãe perdeu o direito a terra e foram trabalhar nas fazendas, em difíceis condições de sobrevivência: sem cama, sem energia elétrica, sem escola. Ela assim resumiu sua infância no campo,

Mas na verdade quando os meus pais eram do campo, a gente não tinha cama, eu não conhecia televisão, nem geladeira. O gelo que eu conhecia era aquele gelinho que caía do céu, quando dava aquela chuva de granizo, a gente falava chuva de flor, eu conto isso para as pessoas e elas dão risada. Quando eu cheguei aos sete anos eu nem conhecia o que era uma escola, não tinha nem noção do que era uma escola, a minha irmã mais velha já tinha quase uns quinze e também nunca ido para uma escola.

Podemos, afirmar que a partir da década de 1950 a região tornou-se área de expansão do mercado capitalista, que reverberava após as zonas pioneiras presente mais a oeste do Estado, tendo Campo Grande como centro dinâmico da economia, assunto que aprofundaremos no próximo subitem do capítulo.

¹⁰ Entrevista realizada pela pesquisadora no dia 20/03/2014, no assentamento Eldorado I Che Guevara

Como zona de expansão do capital, a região assistiu a chegada de empresários, que se ocuparam da abertura de fazendas, transformando terra de trabalho em terra de negócio. Aos poucos, mesmo a região sendo local onde as forças da natureza eram obstáculos aos investimentos capitalistas, foi local de abertura de pastos para a instalação de rebanhos.

A expansão do mercado consumidor resultou no aumento da ocupação de terras para pastagem, e conseqüentemente, na sua valorização. Assim, os ancestrais masculinos da família de Luzia foram seduzidos pela oferta de compra da propriedade, já que a sobrevivência da pequena propriedade neste contexto de expansão dos latifúndios não era tarefa fácil. Com isso restou à extensa família sobreviver do trabalho assalariado nas grandes fazendas. Nas palavras de José de Souza Martins,

A expropriação do trabalhador pelo capital cria as condições sociais para que esse mesmo capital passe ao segundo turno, à outra face, do seu processo de reprodução capitalista, que é a exploração do mesmo trabalhador que já foi expropriado. Ele terá agora que vender a sua força de trabalho ao capitalista, segundo regras de mercado, e não conforme as suas necessidades reais. Já não é ele, trabalhador, quem diz quanto precisa juntamente com a sua família para sobreviver; é o capital que lhe dirá quanto quer pagar, segundo as leis do mercado.¹¹

E sob o jugo do capital, a família de Luzia perdeu a terra de trabalho, quando foram “engolidos” pelos fazendeiros mais prósperos. Depois ingressou num mercado de trabalho marcado por intensa exploração da força de trabalho, e escassas condições materiais na reprodução da família, aliada a questão de gênero, perceptível na história da maternidade da mãe, assim narrada;

Na verdade ela teve onze filhos, mas três morreram, pois a minha mãe trabalhava no plantio de lavoura, junto com o meu pai que colocava ela para trabalhar com o veneno aldrin e BHC, que tinha um cheiro de muito forte. Então, ela perdeu a Luiza, a Heloísa e o José que nasceu morto sem osso na metade de um braço.

A infância de Luzia *no plantio de lavoura* nas terras do patrão, estava marcada pela modernização tecnológica com a introdução de insumos agrícolas responsável pelo aumento da produtividade. Era uma agricultura atrelada ao capital, voltada para produção de excedentes econômicos. Na roça, nas sucessivas fazendas por onde passavam todos os membros da família trabalhavam com os pais em diversas tarefas nas terras de negócios, contudo não tinham o reconhecimento perante a lei como trabalhadoras rurais, já que o contrato de trabalho era regido por empreitadas, não tinha a estabilidade que exigia a lei, fixava-se na categoria de temporários.

Estavam inseridos num contexto em que a industrialização se fazia presente, como na produção de veneno (BHC) e Aldrin, ambos usados pela mãe na lavoura a mando do pai. Na perspectiva de Luzia esse foi o motivo da morte dos três irmãos, uma vez que a mãe realizava esses trabalhos, mesmo durante as gestações, que transcorriam sem pré-natal ou assistência médica, já que não era reconhecida como trabalhadora rural e não tinham o amparo das leis trabalhistas, por conseguinte, impedida do acesso à saúde pública. A miséria no campo se nutria da exploração da condição feminina.

Mãe de Luiza não era cuidada pelo pai como prescrevia o patriarcalismo, pelo contrario, ela fazia parte de um segmento social de mulheres que além dos trabalhos domésticos também realizava o trabalho na roça, apesar da invisibilidade do seu trabalho ser perante o modelo patriarcal que adotara o Estado republicano. Ela fazia os piores tipos de trabalho na roça, tal como pulverizar a plantação com pesticida, foi maltratada com trabalhos que desconsideraram sua realidade física: manusear agrotóxico em época de gestação era desconsiderar sua maternidade, ou seja, a condição

¹¹ MARTINS, José de Souza, Expropriação e Violência. Hucitec : São Paulo, 1980, p 56.

de mulher com especificidades e realidades distintas dos homens. Mas o pai de Luzia ainda estava em consonância com o modelo que dava ao homem livre poderes ao corpo feminino, e este o dever de submissão às tarefas designadas.

Quando Luzia completou sete anos de idade, experimentou a separação dos pais, dramaticamente narrada,

Um dia a minha mãe fugiu com os filhos pelo mato. Ela aproveitou quando o patrão levou meu pai para trabalhar na fazenda. Quando ele retornou foi atrás para nos matar com um facão. Ele alcançou quando estávamos descendo um barranco, quando a minha mãe viu ele, ela correu e nos abandonou. Depois ela disse que era ela quem seria morta. Lembro até hoje que eu e a minha irmã enroscamos na taboca, era muito mato e éramos os filhos menores. Todos que eram maiores correram.

Meu pai dizia que ela poderia fugir, mas as filhas dela não conseguiriam, pois ele nos pegaria para ver se aguentaríamos uma facãozada. Ele falou *suas filhas*, como se a gente não fosse filha dele, falou desse jeito e eu lembro isso até hoje. Naquela hora eu não sabia o que era morte, a única coisa que fiz foi endurecer os punhos, gritar, fechar meus olhos e dizer "*meu Deus do céu*". Eu era criança, mas fiquei esperando... Ele nunca tinha feito uma violência daquela comigo. Bater eu sabia que ele batia, por que ele batia muito doido com aquele reio, que batia em animal. Eu senti um choque tão grande na hora que fiquei esperando, sentindo na minha memória a lembrança daquele reio, o quanto era doido quando ele nos batia, então imaginava como seria uma facãozada, o que iria acontecer comigo e a minha irmã?

Esse acontecimento remeteu Luzia para a memória do chicote presente na educação recebida em casa. Hoje a partir dos diversos cursos realizados no assentamento ela aprendeu que o chicote não devia ser usado nem mesmo no trato dos animais, contudo, na infância conviveu com um pai que não tinha nenhuma instrução e usava regularmente o instrumento para estabelecer a ordem de chefe da família, conforme prescrevia a tradição.

Naquele momento fatídico sob a mira do fio de um facão, na linha divisória entre a vida e morte, tomou a dor do *reio* que conhecia, como parâmetro de sofrimento e ficou imaginando a dor de um facão. Luzia estranhou a atitude do pai quando falou "*suas filhas*", colocando em dúvida sua paternidade, como se elas não fossem suas filhas. Mas elas foram salvas pela voz do patrão que chegou no exato momento que ele agarrou Luzia e a irmã menor, ameaçando sua mãe pelo destino das crianças: se ela fugisse ele matava as crianças. A mãe não voltou, sabia que seria morta, quanto às filhas ainda existia a possibilidade de que ele fraquejasse diante de tal brutalidade. Ainda na perspectiva de Saffioti,

Como o território humano não é meramente físico, mas também simbólico, o homem, considerado todo-poderoso, não se conforma em ter sido preterido por outro por sua mulher, nem se conforma quando sua mulher o abandona por não mais suportar seus maus-tratos. Qualquer que seja a razão do rompimento da relação, quando a iniciativa é da mulher, isto constitui uma afronta a ele. Na condição de macho dominador, não pode admitir tal ocorrência, podendo chegar a extremos de crueldade.¹²

A infância de Luzia foi permeada pela violência de gênero, de tal forma que no momento da entrevista, questionou o lado bucólico de morar na roça, uma vez que conviveu com um pai *ruim*, em suas palavras, que surrava a mãe e irmãs, quando não satisfeito em sua autoridade de patriarca. Sobre isso falou,

Talvez o campo é uma coisa muito boa de se viver, mas pelo jeito que ele educava nós na época, educava a minhas irmãs e o que eu era obrigada a assistir, aquela violência com a minha mãe, com a minha irmãs, eu cansei de ver minha mãe apanhar na minha frente, sentada num banco, por que.. por causa que "*Ah, a minha roupa não estava no*

¹² SAFFIOTI, Heleieth, Gênero, patriarcado, violência. 2ª Edição. São Paulo : Expressão Popular : Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 65

banheiro a hora que eu cheguei!" Por que ela estava lá no batedouro lavando roupa, às vezes com a barrigona grande, grávida e outra criança doente, vomitando, e naquela época a criança não tinha berço era na rede.. "*Ah por que eu cheguei ontem minha roupa não estava lá no banheiro*" era um banheirinho lá fora feito daquelas palhas de coqueiro assim, tinha a mulher que carregar a água do poço, puxar a água do poço que era uma amarela, para levar lá no banheiro pra ele, , pois senão tivesse aquela água lá no banheiro, aquela roupa no banheiro era motivo de apanhar.

Sentada no banco ela assistiu a mãe apanhar, por que a tradição autorizava o pai a cobrar pelo serviço doméstico não realizado pela mãe: ela não havia buscado água no poço e nem havia deixado a roupa dele no banheiro, não havia cumprido com sua atividade de esposa, cuidando da família. Isso causou indignação na narrativa de Luzia que repetiu a mesma informação pelo menos três vezes na sua história de vida.

Diante do cotidiano da mãe, a exigência do pai foi lembrada como um capricho dele para exercer o poder sobre a mãe. O pai não enxergava o trabalho das mães e filhas como trabalho. Ele estava em conformidade com o que pregava o ideário da época afinal, as camponesas não eram reconhecidas como trabalhadoras, eram invisíveis perante as leis, porque iria o pai de Luiza enxergar? Nas palavras de Ieda Porchat,

Sabemos que, na ordem patriarcal, a relação entre o homem e a mulher no casamento se embasava na diferença de poder entre os cônjuges. Enquanto a um tudo era permitido, desde "corrigir fisicamente" sua mulher e ter a seu bel prazer quantas outras lhe aprouvesse (tenho na igreja, nos costumes mouros e na educação portuguesa a garantia de submissão, da pureza e da honra da mulher), ao outro, à mulher, pouco ou nada era concedido, senão obedecer, cumprir suas obrigações de esposa, procriar.¹³

A mãe de Luzia submeteu-se ao mandamento patriarcal, até que um dia fugiu na ausência do marido. A violência física era parte da história da infância de Luzia e não havia punição que restringisse o poder do patriarca: ele era o responsável pelo destino de todos, era o chefe da família conforme prescrevia o antigo Código Civil. Para sorte de Luiza, o fazendeiro alertado pela vizinha foi atrás do pai, furioso com partida da esposa.

Assim, o patrão ganhou um lugar especial na sua memória, sem ela se dar conta que às exigências do patrão poderiam contribuir com a violência exercida pelo pai, que não podia bater e nem deixar o patrão,

Ele veio atrás para proteger nossa família. Quando nos encontrou avisou para meu pai voltar para trás, perguntou-lhe onde estava com a cabeça? Disse-lhe que se ele não quisesse a família que deixasse, mas não fizesse isso. Depois de muito chamar ele voltou. Isso por que o patrão estava com capangas. Naquela época usava capanga e um daqueles capangas era muito amigo do meu pai, que até me batizou. Então, na verdade ele tinha receio daquele cara. No passado existia muito capanga que acompanhava o fazendeiro.

Ele retornou junto com o patrão para a fazenda e deixou a gente em casa. Foi aí que a minha mãe aproveitou para fugir e nós libertamos dele. Viemos para Rio Verde, para casa de uma tia, sem um chinelo...

A mãe de Luiza rompeu com o ciclo da violência doméstica com o auxílio de um agente externo, o acolhimento da irmã com suas cinco filhas. Colocou um fim no continuum de violência que havia se estabelecido no cotidiano doméstico, interrompendo sua rotinização. Heleieth Saffioti nos escritos sobre significado da violência assim escreveu,

Com efeito, paira sobre a cabeça de todas as mulheres a ameaça de agressões masculinas, funcionando isto como um mecanismo de sujeição aos homens. Inscritos na relação de gênero. Embora se trate de mecanismo de ordem social, cada mulher o

¹³ PORCHAT, Ieda. Pensando na dor da separação conjugal. In Amor, Casamento, Separação. 1992, São Paulo : Editora Brasiliense, p. 109

interpretara singularmente. Isto posto, a ruptura de irregularidades como critério de avaliação de um ato como violento situa-se no terreno da individualidade.¹⁴

A mãe de Luiza não olhou para trás, foi embora, num momento de autonomia feminina porque saiu sem “eira e nem beira” com um punhado de filhos. Levou consigo o medo de ser capturada pelo marido, pois apanhava por não deixar a roupa no banheiro, imaginem a retaliação a uma fuga? Fugir da condição de esposa feria visceralmente o patriarcalismo que conduzia as relações sociais no campo. Não podemos deixar de mencionar neste mesmo ano foi aprovado a Lei do Divórcio que permitia a mulher uma nova união após a dissolução de um casamento civil.

Nas lembranças de Luiza, o patrão *protegeu nossa família*, salvou sua vida, mas mesmo assim ele ainda era *o outro* na sua trajetória de vida. Era o patrão que extraía renda do trabalho da família em troca de um salário, que não propiciou nenhum conforto para a família, especialmente sua mãe, o elo mais frágil na cadeia de trabalho camponesa: seu trabalho não era remunerado, era propriedade do marido e ainda assistia a mutilação física sem ter a quem recorrer.

Todos embebiam do patriarcalismo, por isso Luiza assistia a mãe apanhar sentada no banco, sem nada poder fazer, sem ter a quem pedir ajuda, talvez nem a vizinha, que alertou ao patrão da morte anunciada “*Olha vai atrás por que ele vai matar a família dele, a família não aguenta mais e fugiu*”, poderia ser sua aliada na defesa da mãe, a qual também era regida pelo provérbio que imperava na ordem social camponesa “*em briga de marido e mulher não se põe a colher*”. A ordem patriarcal imobilizava Luiza no banco, “*cansei de ver minha mãe apanhar na minha frente*”.

Também o fazendeiro se utilizava do jagunço para estabelecer a ordem privada. O “*capanga*”, nas palavras de Luzia, era um trabalhador ordenado pelo fazendeiro, visto como valente e temido pelos demais trabalhadores, afinal ele cumpria as ordens do patrão, se necessário fosse com a arma em mãos.

Embora não compreendesse os motivos da escolha do capanga para ser seu padrinho de nascimento, uma vez que as relações de compadrio são mantenedoras da ordem e dominação, Luzia tinha consciência de ele pertencia a grupo social distinto, com direitos e deveres diferentes, tanto que ele era temido pelo pai. Enquanto assalariado, o capanga ocupava uma hierarquia de poder acima da família de Luzia, por isso a relação de compadrio que o pai estabeleceu, dando-lhe a filha para batizar. Essa era uma maneira de salvaguardar Luzia, diante da precariedade material que a família estava sujeitada, ao longo da década de 1970.

Na memória de Luzia o poder do fazendeiro naquele acontecimento foi imenso, tanto que ela arriscou o palpite na narrativa lembrada, de que o pai somente não a matou, por que teve medo do fazendeiro e também do capanga. Neste acontecimento pareceu-lhe que o pai não estava preocupado com a sua vida, mas com as complicações que ele teria com o patrão, uma vez que a desobediência ao seu chamado atentaria, simultaneamente, contra o poder do patrão e também do padrinho, já a morte da família poderia ser vista como justa e legítima, afinal a família estava fugindo da autoridade do marido, desobedecendo seu destino de mulher, sob as regras do chefe da família.

O fazendeiro tinha um braço armado, assegurado pela presença do capanga, assim descrito por Luzia,

No passado existiu muito isso, tal de capanga, que ficava junto com o fazendeiro, que não tinha polícia... Se chamasse um polícia ... Ninguém chamava, até morria de medo! Quando ia um polícia era naquele jipezinho velho, antigo, tipo furgãozinho. Então, muitas vezes o polícia estava com uma roupa marrom, uma coisa assim que lembro, por que eu era criança, mas era muito sabe...

¹⁴ IDEM, IBDEM, p. 80

Um revólver naquela época ainda... Por mais que as pessoas fossem ignorantes, por que se a polícia tivesse com uma arma, as pessoas ainda tinham receio, um medo: medo de ser preso. Não sabia nem mais ou menos, por que meu pai nunca tinha sido preso, mas tinha um certo medo de cadeia.

E a cadeia quando ia preso era tipo uma casa em Rio Negro, não sei se evolui, por que nunca mais ouvi falar do local, mas existe, é perto de Rio Verde, dessas bandas de cá.. de Miranda. Não sei onde é, mas existe. Era tipo uma casa e quando o prisioneiro ficava lá não fugia, por que não sei se era medo de fugir ou... Eu não sei o grau de consciência que eles tinham ali, mas eu sei que ficavam lá.

Na lembrança de Luzia o *tal capanga* significava a realização da ordem do fazendeiro, já que para Luzia era uma época que *não tinha polícia*. Assim a principal tarefa do capanga era manter as armas em punho, para fazer cumprir as determinações do fazendeiro, "*fica parado onde você está, porque se você continuar, eu atiro em você!*". Em suas lembranças a presença do jagunço era resultado da ausência da polícia que estava para *cá*, para a *banda de Miranda*.

Contudo, a não presença da polícia não era por que a instituição não existia, mas por que ninguém chamava, "*até morria de medo!*" Nas poucas lembranças a narradora tinha a certeza de que "*As pessoas ainda tinham receio, um medo: medo de ser preso*". Luzia não conhecia os motivos do medo da cadeia, pois o pai nunca havia sido preso, apenas sabia que "*tinha lá um certo medo de cadeia*".

O medo da prisão apareceu nas lembranças de Luzia sobre quando era criança, pois era um lugar onde as pessoas eram recolhidas por homens vestidos de marrom, conduzidas em *furgãozinho antigo* e por fim confinadas em *uma casa*, sem a possibilidade de retorno pelo resto de suas vidas. Luzia não sabia *o grau de consciência que eles tinham ali*, ou seja, ela não sabia os motivos dos presos permaneciam na cadeia, apenas tinha consciência de que a fuga era impossível.

A narrativa de Luzia sobre a roça remeteu-nos para o contexto da ditadura militar quando a justiça se fazia pelas mãos privadas dos proprietários de terra e o Estado era omissivo, muitas vezes conivente, em relação a violência praticada contra os trabalhadores rurais. Nas palavras de José de Souza Martins, era a militarização da questão agrária, quando centenas de assassinatos foram praticados nas zonas rurais do país. Momento que *um polícia* vestido de roupa marrom, vinha em *furgãozinho*, levava as pessoas para serem trancadas em *tipo uma casa*, em Rio Negro, para o lado de Miranda.

Depois desse entrevero envolvendo os pais, o patrão e o jagunço, finalmente a mãe de Luzia conseguiu fugir e foi viver junto com a tia na "cidade" de Rio Verde, levando todos os filhos. Ela finalmente havia rompido com mandamento do casamento, "*até que a morte os separe!*"

Ele retornou junto com o patrão para a fazenda e foi aí que a minha mãe aproveitou para fugir e nos libertamos dele. Viemos para Rio Verde, para casa de uma tia, sem um chinelo... Naquela época se fazia muito bolsa com panos de saco de açúcar, a gente não conhecia uma calcinha comprada. Quando chegamos éramos cinco mulheres: a Maria, a Elita, a Nairde, a Zenir, eu e a sexta filha na barriga, que só foi conhecer o pai depois de 16 anos. A minha mãe tinha muito medo, por isso não procurou a nossa herança e a gente concordava. Muitas vezes na escola se alguém perguntava sobre meu pai, respondia que ele morava muito longe!

Grávida ela refugiou-se na casa de uma irmã na perspectiva de interromper a violência doméstica que estava submetida no casamento. Ela temia pela sua vida e foram as relações de parentesco que salvaguardaram a família da continuidade da violência doméstica. Ela não tinha a quem recorrer na época, afinal a polícia vestida de marrom não estava a serviço de questões relacionadas com pendências familiares, afinal, o homem perante a lei no Código Civil era considerado o chefe da família, o

patriarca incumbido pela sentença de cada membro da família, assim restava para Luzia assistir a mãe apanhar do pai, *sentada no banco*.

Embora, Luzia respondesse na escola para aqueles que perguntavam pelo pai que ele *morava muito longe*, ela sabia que estavam próximos, e que qualquer informação sobre sua história de vida, poderia chegar até seu pai, que por fim poderia cumprir sua promessa de que se os encontrasse, mataria toda família.

Uma pergunta que o relato suscitou foi como seria possível uma pessoa permanecer desaparecida do marido, sobre o abrigo da casa de uma irmã? A primeira resposta que nos apareceu plausível foi que a trama na qual Luzia estava inserida - contexto de expropriação do trabalhador rural nas décadas de 1950 a 1970 -, muitas famílias viviam a migração como corolário dessa realidade, ou seja, homens e mulheres ingressaram no vendaval das mudanças, no qual era difícil acompanhar o itinerário de todos os membros da extensa família camponesa.

A mudança para o vilarejo em Rio Verde ocorreu em fins da década de 1970, depois de dez anos que a família de Lourdes havia migrado para Campo Grande. O vilarejo havia crescido, mas poucas coisas mudaram. Eram mulheres em um cenário de parcas condições de trabalho. A Luzia restou “... *trabalhar a troco de comida. Minha mãe colocava a gente para trabalhar para as pessoas*”

Assim, Luzia além das carências resultante da condição de classe - proletários rurais expropriados pelo capital - também experimentou a condição de gênero que agravou ainda mais a situação de penúria da família: a ausência do pai no sustento da extensa família composta sete mulheres, assim descrito,

Fomos para o Rio Verde, quando comecei a trabalhar a troco da comida. Minha mãe colocava a gente para trabalhar para as pessoas. Quando chegamos éramos cinco mulheres: a Maria, a Elita, a Nairde, a Zenir, eu e a sexta filha na barriga, que só foi conhecer o pai depois de 16 anos. A minha mãe tinha muito medo, por isso não procurou a nossa herança e a gente concordava. Eu não queria falar o nome dele e nem onde morava, com medo de que alguém o conhecesse, o avisasse e ele cumprisse a promessa que fez para a minha mãe “*O dia que lhe encontrar vou pegar você e vou matar as suas filhas!*” Somente depois de muito tempo que a minha mãe foi no fórum ver seus direitos, mas como fazia tempo ele já tinha vendido tudo, não tinha mais nada. Então, ficou acordado que era para ele dar uma pensão, mas acho que esse documento nunca foi feito. Acabamos trabalhando e vivendo nas casas do outros.

Luzia viveu a infância com medo do reaparecimento do pai, que ocorreu somente depois de quase duas décadas. A irmã de Luzia, que a mãe carregou na barriga durante a fuga para Rio Verde, conheceu o pai somente aos dezesseis anos de idade. Durante todo esse período a mãe foi responsável pelo sustento de todos os membros da família. Ela temeu por sua integridade física, uma vez que já havia sido agredida por “faltar” com pequenos detalhes no cotidiano do lar. Depois da fuga empreendida, a mãe de Luzia tinha consciência de que se o marido a encontrasse, a família sofreria maiores violências, para além da tradicional surra de chicote que permitia a simbologia patriarcal.

Encontrava-se num cenário em que havia empreendido uma fuga e desobedecido ao seu destino de mulher, de servir ao marido na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, até a que a morte separasse como profetizam os ritos do casamento. E em Rio Verde Luzia prosseguiu a vida da maneira que a mãe conseguiu manter a família,

Fui ter acesso à escola quando estava na cidade e não tinha chinelo para ir às aulas. E também era dentro de um saquinho de arroz que eu carregava um caderninho e lapisinho. Eu estudei o primeiro e o segundo ano, mas sai da escola para trabalhar na casa dos outros. Fui estudando picado, fazendo uma classificação aqui, outra ali e assim cheguei até a quarta série.

Na “cidade” de Rio Verde, Luzia teve a acesso a escolarização de maneira

precária, interrompida pelo trabalho na casa dos *outros*, com um caderninho, um lapisinho e *fazendo uma classificação aqui, outra ali*, concluiu o quarto ano da escola básica, na época chamada de escola primária. Mal terminara a infância e Luzia estava inserida no perverso mundo do trabalho capitalista e seguia num destino que ela pouco escolhia,

Eu era criança e trabalhava muito na casa da pessoa, eu nem entendia direito o que era um serviço doméstico, cuidar de uma casa. Então eu ficava na casa, com aquela pessoa, que me colocava para lavar louça, limpar a casa ou alguma coisa e eu fazia daquele jeito, às vezes até recebia uma raiada, “*vai lavar essa vasilha direito, essa vasilha não está boa, vai varrer a casa direito*”.

Estar *naquela casa, com aquela pessoa* significava para Luzia estar inserida no *outro* mundo, este regido pelo capital que tirava proveito da questão de gênero, pois se apropriava do trabalho infantil e ratificava o serviço doméstico como naturalmente intrínseco à condição feminina: Luzia podia servir de empregada doméstica mesmo com a deficitária formação escolar. A partir dos onze anos executou trabalhos que não compreendia, para pessoas que não conhecia sem a suavização do compadrio ou parentesco: era uma relação baseada na exploração da sua força de trabalho em troca de um prato de comida e roupas usadas, já que o trabalho doméstico não era considerado trabalho na lógica do capital.

Em Rio Verde Luzia seguiu o curso da vida agora sem o pai, somente com a presença de seu fantasma, que no seu imaginário poderia aparecer a qualquer momento, e concretizar a promessa de matar toda a família participante da fuga da mãe. Maria, Elita, Nairde, Zenir e Luzia haviam aprendido com a mãe o dever de obedecer ao marido, por isso assistiram diversas vezes a mãe apanhar, mas também aprenderam que era possível emancipar-se do seu destino, mesmo que a duras penas, por caminhos *entranhado de taboca e muito mato mesmo!*

2.2 A infância de Vilma: “o céu ao léu”;

Mais uma vez a região pantaneira chamou-nos a atenção com a história de vida de Vilma nascida em Aquidauana, no final da década de sessenta. Também, com uma memória marcada por silêncios, em poucas palavras resumiu a infância,

Nasci no município de Aquidauana na fazenda Cachoeirão. Tive uma infância muito difícil por que meus pais eram pobres, meu pai vivia trabalhando de fazenda em fazenda na lavoura, como caseiro. Não me recordo muito dessa época, só lembro que o meu pai não ficava nem dois meses numa fazenda e já tinha que ficar mudando. Lembro que a gente vivia no céu ao léu. Por isso eles andavam muito. Nunca tivemos um lugar próprio para morarmos, até que fomos parar em Anhanduí.¹⁵

Suas lembranças apontavam para uma história repleta de migrações. Dentre as inúmeras mudanças realizadas desde a infância “*de fazenda em fazenda*”, ela finalmente experimentou a direção de uma grande cidade. No final da década de 1970, com onze anos de idade foi embora para Anhanduí, distrito da cidade de Campo Grande, e ali pela primeira vez, frequentou uma escola.

Definitivamente, o contexto pantaneiro não foi uma região acolhedora para a sobrevivência dos trabalhadores rurais. A memória de Vilma apontava para uma amnésia sobre o curso das migrações realizadas na infância, afinal foram tantas “*a gente vivia no céu ao léu*”. Mesmo fazendo esforço de puxar o fio da memória, não

¹⁵ Entrevista realizada pela pesquisadora no dia 02/11/2014, no alojamento da Universidade Federal da Grande Dourados, onde Vilma frequenta a Licenciatura do Campo, com habilitação para o curso de Ciências da Natureza.

conseguiu listar o percurso de mudanças até chegar à capital do Estado. Assim, com Lourdes e Luzia, ela também viveu a proletarianização no campo intensificada nas décadas de 1960 e 1970.

Ela também experimentou um contexto em que a pecuária tornou-se atividade propulsora de riqueza no Estado de Mato Grosso e a região apresentou-se como lugar de realização de reprodução ampliada do capital. Em difíceis condições, muitas famílias “perambulavam” pelas fazendas que contratavam os trabalhadores em caráter temporário, até que durasse a derrubada de uma mata, a abertura de um pasto ou mesmo a colheita de uma roça. Relações de trabalho desprovidas do amparo das leis, como ocorreu durante a infância de Vilma, que optou por não mencionar essa etapa na história de vida e quando perguntada assim resumiu..

Bom ... eu tive uma infância muito difícil porque meus pais eram pobres, viviam de fazenda em fazenda, a gente nunca teve um lugar próprio pra gente morar, aí foi... o pai ficou de fazenda em fazenda, e a família foi só aumentando, só aumentando, quando minha mãe saiu pra trabalhar. Com o tempo, acho que ela não tinha mais força para trabalhar, só que era ela quem sustentava a casa, por que o meu pai bebia, vivia em briga e eles, meu pai e minha mãe né”.

Até os onze anos de idade ela viveu na roça, sem acesso a escolarização, e sob as marcas da violência doméstica, resultante das brigas rotineiras entre seus pais. A família de Vilma não estava edificada sob os alicerces do que deveria ser uma família “tradicional” prevista no Código Civil no qual o homem era o chefe da família: seu pai bebia e quem provinha o sustento da família era mãe, que conciliava trabalho fora de casa, com as inúmeras gravidezes que totalizaram sete filhos, três homens e quatro mulheres.

As condições de vida da mãe de Vilma era parte da realidade vivida por uma parcela significativa das classes trabalhadoras na qual as mulheres são chefes dos lares, são provedoras dos sustentos dos filhos, concomitante as gestações. Assim, desde a infância Vilma teve sua força de trabalho confiscada pelo capital e sobre isso relatou-nos,

Às vezes a mãe dava os filhos para as famílias, para trabalharmos a troco de roupa e de comida. Desde que eu entendo por gente eu cuido de criança, de limpar a casa dos outros e nunca tive dinheiro: era sempre a troco de roupa e de comida, por que o pai e a mãe não davam conta de cuidar da gente, e por isso fazia isso com os filhos.

Os pais de Vilma não tiveram escolhas em relação a subsistência da extensa família. Os relatos de Vilma mostravam sua consciência da falta de opção dos pais diante das dificuldades materiais quando “*a mãe dava os filhos para as famílias*”, para trabalharem na casa dos *outros* em troca de comida e roupa, muitas vezes sem a mediação do dinheiro: era a repetição da história de Luzia e de Lourdes. Elas viveram a frente de expansão das fronteiras agrícolas, que acometeu a região do pantanal a partir da década de 1950.

Momento em que o capital iniciou o processo de apropriação da terra de trabalho, transformando-a em terra de negócio, muitas vezes de maneira violenta. A perda do roçado, mesmo que em terra de patrão, resultou em maior pobreza para todos os membros da família, mas especialmente para as mulheres que traziam a desvantagens do gênero. Vilma *desde que se entendia por gente* cuidava de criança: era o trabalho infantil feminino como uma estratégia da economia familiar camponesa diante da precariedade material.

Desde muito cedo as meninas participavam da economia doméstica no campo na realização das tarefas domésticas. Vilma quando se reconheceu como *gente* remeteu suas lembranças aos cuidados com as crianças: primeiro das irmãs, depois dos filhos dos outros. Afinal, o capital também pactuava com a concepção de que era da natureza

feminina cuidar da casa, por isso pouco pagava pela mão de obra de uma babá, um prato de comida ou roupas, muitas vezes usadas.

As histórias de vidas desenroladas apontaram-nos para o fato de que o trabalho infantil constituiu-se num traço comum na região pantaneira, na década de 1960 e 1970. O crescimento da economia pecuária que se expandia sob a órbita da modernização, expropriava os trabalhadores rurais do acesso a terra e também da morada na fazenda. Portanto, as vilas que se despontavam no contexto, eram também morada de peões que traziam suas famílias que formavam a mão de obra sobrando, que podia ser contratada por baixos salários, tanto pelos fazendeiros, como pelos moradores mais abastados do vilarejo.

Tanto a família de Luzia como a de Vilma foram expropriadas pelo capital, restava-lhes com isso continuarem a trajetória de trabalhadoras, como mão de obra ainda mais barata para a acumulação do capital de algum próspero empresário na região. Luzia e Vilma ainda meninas trabalhavam nas casas *dos outros* como estratégia da economia familiar, pois era menos bocas para comer e roupas para comprar dentro da casa de suas respectivas famílias.

E somado a exploração de classe também estavam circunscritas por relações de gênero, assim foram disponibilizadas para realização de atividades estabelecidas como tarefa essencialmente feminina: nada mais “natural” para uma mulher realizar trabalhos considerados de mulher, como àqueles ligados a reprodução da família, limpar casa e cuidar de crianças.

Embora Lourdes, Luzia e Vilma tenham vivido em Rio Verde junto às suas respectivas famílias, elas narraram um destino comum em suas histórias de vidas: a incerteza econômica vivida na região pantaneira enquanto filhas de trabalhadores rurais impossibilitados de permanecerem no campo e a certeza de que pouco restava diante da condição feminina a não ser trabalhar como empregada doméstica nas cidades que cresciam com a modernização da agricultura.